



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal **HUGO LEAL** – PSD/RJ

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

PROJETO DE LEI Nº 4.257, DE 2024

Proíbe o exercício da atividade de formulador de gasolina e óleo diesel por pessoa jurídica ainda não autorizada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e dá outras providências.

Autor: Deputado JULIO LOPES

Relator: Deputado HUGO LEAL

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 4.257, de 2024, do Sr. Deputado Julio Lopes, propõe proibir o exercício da atividade de formulador de gasolina e óleo diesel por pessoa jurídica ainda não autorizada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e dá outras providências.

Na justificativa da apresentação da proposição, o autor defende que o projeto visa conferir maior rigor à legislação que trata da produção de derivados de petróleo, diante da presença de reiteradas denúncias de adulteração de combustíveis e sonegação de impostos no setor.

O projeto foi distribuído à Comissão Minas e Energia; e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. A apreciação da proposição é conclusiva pelas Comissões (art. 24, inc. II do RICD) e seu regime de tramitação é ordinário (Art. 151, III, RICD). O projeto não possui apensos. Não foram apresentadas emendas nesta Comissão dentro do prazo regimental.



Praça dos Três Poderes – Câmara dos Deputados – Gabinete 886 – Anexo III
CEP: 70160-900– Tel.: (61) 3215-5886 – e-mail: dep.hugoleal@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254173369700>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Hugo Leal





II - VOTO DO RELATOR

Nos termos do art. 32, inc. XIV, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, compete a esta Comissão de Minas e Energia proferir parecer acerca do mérito do Projeto de Lei nº 4.257, de 2024. A presente proposta visa proibir a emissão de novas autorizações para o exercício da atividade de formulador de gasolina e óleo diesel e aumentar o rigor da fiscalização às formuladoras em atividade.

De início, entende-se que a proposição é pertinente e necessária, sobretudo diante da existência de práticas como formação de cartel, preço predatório e “dumping” no setor de combustíveis. Esses tipos de fraude comprometem a qualidade dos combustíveis, a arrecadação tributária e a segurança ao consumidor. Por exemplo, a revogação de autorização de uma empresa por parte da ANP evidencia a urgência de impedir que pessoas físicas e jurídicas mal-intencionadas operem no setor de combustíveis.

Para tanto, o substitutivo proposto visa adequar o texto ao ordenamento jurídico vigente, ampliando as garantias de segurança jurídica e fortalecendo os mecanismos legais e regulatórios. Entre as modificações, destaca-se a possibilidade de a Agência exigir, de forma motivada, comprovação de capacidade jurídica, técnica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira, sob pena de multa, interdição ou revogação da autorização para o exercício de atividade. Assim, estarão sob o escrutínio da ANP as empresas em situação de irregularidade fiscal ou que possuam administradores ou sócios com antecedentes criminais. A título de exemplificação, as perdas fiscais do Governo Federal e dos Estados por conta do mercado irregular de distribuição de combustível foram estimadas em R\$ 14 bilhões por ano em 2018.¹ Além disso, estima-se que o crime organizado lucre mais com fraudes em combustíveis no país (R\$ 62 bilhões) do que com o tráfico de cocaína (R\$ 15 bilhões), conforme o Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

¹ FGV. **Assessoria ao Desenvolvimento do Projeto de Implantação de um Centro Integrado de Monitoramento de Combustíveis**. 2021.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal **HUGO LEAL** – PSD/RJ

Portanto, acredita-se que o projeto é conveniente e oportuno ao propor a intensificação da fiscalização e do controle no setor de combustíveis, tendo em vista os graves prejuízos causados por infratores, ao Poder Público e ao setor privado. Ademais, ressalta-se que o abastecimento de combustíveis é serviço de utilidade pública, sendo obrigação de o Estado garantir seu funcionamento de forma segura, contínua e em conformidade com padrões de qualidade.

Diante do exposto, voto pela **aprovação, na forma do substitutivo anexo**, do Projeto de Lei nº 4.257, de 2024.

Sala da Comissão, em 16 de julho de 2025.

Deputado HUGO LEAL
Relator

2025-6379

Apresentação: 17/07/2025 18:18:18.723 - CME
PRL 1 CME => PL 4257/2024

PRL n.1



Praça dos Três Poderes – Câmara dos Deputados – Gabinete 886 – Anexo III
CEP: 70160-900– Tel.: (61) 3215-5886 – e-mail: dep.hugoleal@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254173369700>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Hugo Leal





COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 4.257, DE 2024

Dispõe sobre os requisitos e condições para a obtenção, manutenção e revogação de autorizações reguladas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP e altera a Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais para a obtenção, manutenção e eventual revogação de autorizações no âmbito das atividades reguladas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, incluindo critérios de capacidade jurídica, técnica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira aos outorgados.

Art. 2º A autorização para o início das atividades reguladas pela ANP poderá ser condicionada à inexistência de sanções administrativas em nome do interessado ou de seus responsáveis, bem como à realização de estudo mercadológico que ateste a real necessidade de emissão de novas autorizações, conforme decisão fundamentada da Agência.

Art. 3º A ANP poderá exigir, a qualquer momento e mediante decisão fundamentada, a apresentação de informações e documentos que comprovem a capacidade:

- I – jurídica;
- II – técnica;
- III – fiscal, social e trabalhista;
- IV – econômico-financeira.

§ 1º As condições e os critérios para a comprovação das capacidades previstas no caput serão definidos em regulamento, devendo contemplar, no mínimo:





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal **HUGO LEAL** – PSD/RJ

I – inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

II – inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e (ou) municipal, conforme o domicílio ou sede do interessado e compatível com seu ramo de atividade;

III – regularidade perante as Fazendas federal, estadual e (ou) municipal;

IV – regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

V – regularidade perante a Justiça do Trabalho;

VI – apresentação de certidão negativa de antecedentes criminais da pessoa física ou do quadro de administradores ou sócios da pessoa jurídica;

VII – cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

VIII - demais documentos exigidos em regulamentação do órgão regulador setorial.

§ 2º O não encaminhamento da documentação prevista nos incisos deste artigo no prazo estipulado poderá sujeitar infrator às seguintes sanções, cumulativamente ou não, sem prejuízo de outras previstas em Lei:

I – multa;

II – aplicação de medida cautelar de interdição total ou parcial; e

III – revogação de autorização para o exercício de atividade.

§ 3º Os documentos referidos nos incisos do § 1º deste artigo poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico.

§ 4º A comprovação de atendimento do disposto nos incisos III, IV e V do § 1º deste artigo deverá ser feita na forma do regulamento.

§ 5º Os documentos exigidos nos incisos III e VI do § 1º do art. 3º desta Lei deverão ser entregues periodicamente, na forma do regulamento.

Art. 5º A ANP poderá, mediante decisão fundamentada, revogar a autorização concedida ao produtor de derivados de petróleo e gás natural que deixar de comprovar, total ou parcialmente, os requisitos estabelecidos no art. 3º.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal **HUGO LEAL** – PSD/RJ

Art. 6º A ANP poderá exigir, a qualquer tempo, certidões de antecedentes criminais e de débitos fiscais, trabalhistas e ambientais, conforme regulamento.

Art. 7º As disposições desta Lei também se aplicam às autorizações vigentes na data de sua publicação.

Art. 8º O descumprimento das disposições desta Lei sujeitará o infrator às penalidades previstas na Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Art. 9º O art. 3º da Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 3º**

.....

XXI – não encaminhar documentação de comprovação de regularidade jurídica, técnica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira a pedido da ANP:

Multa - de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais).

Parágrafo único. O não encaminhamento da documentação elencada no inciso XXI deste artigo no prazo previsto também poderá sujeitar o infrator à aplicação de medida cautelar de interdição, nos termos do art. 5º, inciso II, da Lei nº 9.847, de 1999 e à revogação de autorização para o exercício de atividade, cumulativamente ou não, após regular instauração de processo administrativo.” (NR)

Art. 10º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 16 de julho de 2025.

Deputado HUGO LEAL
Relator

2025-2578

